

Paulo Freire procura “ler” a realidade com os alunos

## “O ato de educar pressupõe uma opção política”

O ato de educar jamais é neutro; pressupõe sempre uma opção política. Mas o educador consciente disso não deve impor suas posições aos educandos. Numa educação conscientizadora, sua tarefa é a de propor novos conteúdos, buscando “ler” a realidade com os alunos. Esta conscientização, porém, não é um simples processo intelectual ou verbal, mas exige uma prática “no sentido da transformação do real”. É o que defende Paulo Freire nesta entrevista ao **Correio Popular**, perseguindo sempre a coerência, embora reivindique para si o direito de ser “contraditório”.

### “O EDUCADOR É UM POLÍTICO E UM ARTISTA E NÃO UM TÉCNICO”

**Correio – O sr. disse que o conjunto de textos e slides elaborados para as CEBs de São Paulo não representa um instrumento para o educador dizer o que ele quer, mas uma forma de desafiar os grupos populares a refletirem sobre a política. Isto significa que o educador deve recolher-se a uma postura neutra, atuando como simples coordenador? O**

**sr. acredita que a neutralidade é possível?**

**Paulo Freire** – Não, não, de maneira nenhuma. Eu tenho dito constantemente e repito agora que a educação é um ato político e neste sentido o educador é um político e um artista e não um técnico. E jamais neutro, quer dizer, quando eu te disse que esta chamada cartilha elaborada por meus amigos do IDAC, Cláudio Cecon e Miguel Darci, com a contribuição de sugestões de outras pessoas, não tinha a pretensão nem intenção de impor uma certa opção política aos grupos populares, de maneira nenhuma eu estaria querendo dizer que o próprio ato de propor uma discussão fosse neutro, entende?

Aí, tu poderias dizer “mas Paulo, então como é que tu te saís desta?”

Por exemplo, vamos pensar o nosso encontro aqui e agora. Tu, como jornalista, eu como educador (por exemplo, um professor). Nem és tu neutro, nem eu tampouco. Tu, como gente!, tens uma opção política, tu tens um sonho político que gostarias de realizar, um sonho que não é teu só mas do qual tu participas com outros tantos. Eu também tenho uma opção

inclusive partidária. Eu sou realmente um homem do PT, tenho muita alegria de ser, mas na conversa que tenho contigo aqui e agora, primeiro não te nego que sou PT; segundo, respeito a opção que tu tens, mas defendo a minha opção.

Então, evidentemente, a cartilha, como se chama, todo esse conjunto de slides elaborados por essa equipe, não é um material neutro, é um material muito vivo, muito dinâmico, e eu te repito, é um material excelente. Só digo que não é meu porque não é meu, mas não é porque acho que é ruim não, eu acho formidável.

Agora veja bem, disseram que havia uma preferência pelo PT porque na relação das siglas dos diferentes partidos o PT era o primeiro que aparecia e isto revelava a preferência. Eu te disse também que os autores reais do trabalho não são do PT. Miguel Darci e Claudio Cecon, ao que me consta, inclusive não têm nenhuma filiação partidária. Agora, eu te diria, se a gente mudasse as posições e pusesse o PT no fim de tudo, então eu poderia também argumentar que havia uma inclinação pelo PT e eu diria da seguinte forma: a forma está em que primeiro se apresentaram os

outros partidos todos e no fim aparece o PT como uma oposição antagônica de tudo que foi mostrado. Estás entendendo? Qualquer que fosse a posição em que se tivesse posto o PT ou qualquer outro partido, você poderia dizer que havia uma inclinação. Mas na verdade não há.

Vê bem, inclusive eu não quero com isso dizer que o material não mereça críticas. Não, merece. Tudo que a gente faz, pode e deve ser criticado. Agora, qual é a intenção fundamental mesmo deste material? É a de não se esconder aos grupos populares, pelo contrário, é o de se desafiar a que se discuta um tema que não pode ser escondido, que é na verdade a participação política que as massas populares têm o direito de ter no nosso país. Toda a série de *slides* e as histórias que vão se contando através dela têm este objetivo de desafiar os grupos populares a que eles inclusive contem a sua história, que no fundo é a História de um determinado momento da nossa vida política.

**“AFIRMANDO A MINHA,  
ESTIMULO QUE CADA UM AFIRME  
SUA OPÇÃO”**

**Correio – Qual é o papel específico do educador aí?**

**Paulo Freire** – Agora, eu te daria uma resposta saindo já desse exemplo concreto, mas tocando de modo geral o meu papel como professor na universidade. O papel do educador, no meu entender (pode ser que tu até nem concordes comigo, não faz mal), desde que ele se sabe um ser político e que tem uma atividade política também e que tanto quanto possível clarifica sua posição política, enquanto pratica a educação como um ato de conhecimento, é conhecer com os educandos.

Agora, esse conhecimento não pode se limitar exclusivamente a textos de livros. O educador funciona tanto melhor quando ele é capaz de, com os estudantes, desenvolver a capacidade de ler a realidade, não necessariamente através de textos. Agora, você imagina que toda leitura do real não pode ser neutra, *tá* entendendo? Eu não escondo minha opção a ninguém. Debato a minha opção. E respeito a opção dos estudantes. Profundamente. Quer dizer, nenhum estudante que tenha participado comigo de nenhum curso, de nenhum seminário, poderá fazer a mim esta crítica, que eu tivesse desrespeitado a opção de alguém. Pelo contrário, eu, afirmando a minha, estímulo que cada um afirme a sua.

Evidentemente, do meu ponto de vista, a minha opção é a melhor. Puxa, eu tenho o direito de achar e tenho o dever de lutar por ela. Mas não significa que eu

possa, por exemplo, te reprovar porque tua opção é outra.

**Correio – Partindo desses pressupostos, como definiria o processo de conscientização? Ele é uma tentativa de despertar uma consciência que já existe ou de propor novos conteúdos?**

**Paulo Freire** – Em primeiro lugar, a conscientização não existe fora da *práxis* política. Não é um ato intelectual, não é verbalismo, não é um puro discurso... brabo. É um engajamento político no sentido da transformação da realidade. A conscientização se dá sobretudo nos processos organizativos das massas populares. Eu diria aí que se dá também na educação popular, que é educação política. A conscientização não é assim uma tarefa bonita, quer dizer, não é uma água de flor-de-laranjeira, não é uma atividade puramente livresca, não é algo que se dá dentro das cabeças da gente. Não é a consciência que cria uma nova realidade.

**“NÃO POSSO DECRETAR A  
TRANSFORMAÇÃO DO REAL”**

**Correio – Mas o educador deve se limitar a fazer emergir certos conteúdos da consciência popular ou deve propor novos?**

**Paulo Freire** – Não, o educador tem o dever também de propor. O que o educador não me parece que deve fazer é impor. A conscientização não aceita, de um lado, a manipulação, o controle sobre a opção dos outros. Mas, de outro, a conscientização recusa o “deixa-como-está-pra-vê-como-fica”. Recusa o chamado espontaneísmo. Então, nem espontaneísmo, nem manipulação. Espontaneidade sim, e a organização da espontaneidade.

**Correio – Em *Pedagogia do Oprimido*, o sr. diz que a opressão condena o oprimido ao silêncio. Como o educador deve reagir diante dele?**

**Paulo Freire** – Em primeiro lugar: em certas situações intensamente opressoras, o silêncio está na própria prática social. O silêncio no sentido mais amplo possível: o sujeito pode dizer “bom dia”, até conversar, e estar silencioso. Ele não pode ser rompido por um puro ato educativo, mas por um ato que, sendo autenticamente educativo, é político. A superação do que eu chamei na *Pedagogia do Oprimido* da “cultura do silêncio” é a superação das estruturas que constituem esta cultura.

Esta superação não se faz por decreto. Eu não posso criar na minha cabeça, dentro da minha consciência, a realidade oposta à realidade concreta. Isto pra mim é idealismo mesmo e às vezes um

idealismo até pré-hegeliano, é mais subjetivista ainda do que Hegel. Não posso decretar a transformação da realidade na minha cabeça. A realidade se transforma... transformando-se, numa *práxis* transformadora e não na minha vontade. A transformação da realidade social não é um problema de voluntarismo, não é um ato voluntário de uma dúzia de gente. Então, a superação do silêncio se dá na organização consciente das massas populares que busquem a sua fala. E neste sentido, falar é ter poder político, criar esse poder.

**Correio – Em que medida o sr. acha possível praticar hoje uma alfabetização conscientizadora, libertadora?**

**Paulo Freire** – É bem difícil a você e a mim aqui, numa sala da Faculdade de Educação da Unicamp, conjecturar. A delimitação das possibilidades a gente faz na *práxis*. É a minha ação que me ensina os limites dela e não o meu discurso anterior à ação. Em História, se faz o que se pode e não o que se gostaria de fazer. E é preciso inclusive que se tenha a coragem de assumir isto. O que se pode está historicamente limitado por certos fatores que eu preciso conhecer para poder atuar.

Se se fecha aquela porta, se levam as chaves e me deixam aqui dentro, estou limitado por um espaço. Então eu posso fazer uma série de coisas, entre elas andar e me deitar dentro dessa sala. Mas para sair

daqui eu tenho de inventar uma saída. Esta invenção está condicionada e estimulada pelos próprios limites a que estou submetido. Uma coisa porém eu te digo: há limites viáveis, o problema é descobrir quais são eles. Agora, eu reconheço inclusive que tu podes deixar de fazer muitas coisas dizendo que estão fora dos limites, quando na verdade não estão. Mas mesmo com esta possibilidade não se pode negar a veracidade dessa afirmação: que você faz o que pode e não o que quer.

# Ex-analfabeto precisa de “pós-alfabetização”

**Correio – Diante da prática que o sr. já tem e dos dados de que dispõe, acha que seria possível repetir a experiência de Angicos?**

**Paulo Freire** – Não, repetir no sentido literal da palavra, não. Aquilo foi feito em 1962, 63, parece, e nós estamos em 81. Então, eu diria que é possível fazer coisas parecidas, que não significam ser as mesmas coisas. É possível fazer um trabalho mínimo de educação e há vários por aí, independentemente de mim.

**Correio – Basicamente, seria possível alfabetizar trabalhadores em 45 dias?**

**Paulo Freire** – Ah, bem, com relação a isso acho que não tem problema, acho que pode. Evidentemente, se você me pergunta se depois de 45 dias, dois meses ou vamos até admitir 3 meses, que é um tempo bacana, está terminado, não. Porque eu continuo estudando, tu também. Indiscutivelmente, você tem de pensar com o antigo analfabeto no que é que vem depois, o que eu costumo chamar de pós-alfabetização, que no fundo é o aprofundamento do ato do conhecimento que se iniciou na etapa primeira da alfabetização. Então, o ex-analfabeto vai

solidificar, vai estruturar melhor o que ele aprendeu. Ele reconhece o conhecido e se prepara para conhecer o desconhecido.

**Correio – O Mobral praticamente se apropriou da técnica das palavras-geradoras, que o sr. criou...**

**Paulo Freire** – Ora, mas eu te diria que isto também não é invenção minha. Numa língua silábica como a nossa, isto era o óbvio...

**Correio – ...mas o Mobral não conseguiu realizar seu objetivo de alfabetizar a população analfabeta em 10 anos.**

**Paulo Freire** – Sim, eu acho que dificilmente poderia.

**Correio – Por quê?**

**Paulo Freire** – A impressão que tenho é a de que... Olha, o problema da alfabetização na nossa estrutura econômica, ademais de ser político, é um problema social. A gente não tem analfabeto por opção. O analfabeto é um homem, uma mulher, proibidos de ler. O problema da superação do analfabetismo se dá concomitantemente com a transformação das estruturas sociais.

**Correio – O populismo procurava alfabetizar para ganhar mais eleitores. O Mobral tem um objetivo político semelhante?**

**Paulo Freire** – Olha, eu acho o seguinte. Não há campanha de alfabetização em lugar nenhum que não seja política. Até independente de falar em Mobral. Não é possível admitir que o regime militar não tenha sua ideologia e então a orientação educacional que o Mobral tinha e continua tendo é a expressão disso. Você pode analisar os próprios textos e pescar a não neutralidade do Mobral, que é uma coisa óbvia. Eu ficaria até estranhando se tivesse a ilusão de que a educação fosse neutra.